



---

# Sumário

---

Nota à 13ª Edição, 19

Nota à 12ª Edição, 20

Nota Introdutória, 21

- 1 ORIGEM, OBJETO E CONCEITO DO DIREITO ADMINISTRATIVO, 23**
  - 1.1 Formação do Direito Administrativo, 23
  - 1.2 Contribuição do direito francês, 26
  - 1.3 Direito administrativo alemão, 30
  - 1.4 Direito administrativo italiano, 32
  - 1.5 Direito administrativo anglo-americano, 33
  - 1.6 Direito administrativo brasileiro, 42
  - 1.7 Objeto do Direito Administrativo, 44
    - 1.7.1 Escola legalista, exegética, empírica ou caótica, 45
    - 1.7.2 Direito administrativo e ciência da administração, 46
    - 1.7.3 Critério técnico-científico de estudo do direito administrativo, 47
  - 1.8 Conceito de Direito Administrativo, 48
    - 1.8.1 Escola do serviço público, 48
    - 1.8.2 Critério do Poder Executivo, 49
    - 1.8.3 Critério das relações jurídicas, 49
    - 1.8.4 Critério teleológico, 50
    - 1.8.5 Critério negativo ou residual, 50
    - 1.8.6 Critério da distinção entre atividade jurídica e social do Estado, 51
    - 1.8.7 Critério da administração pública, 51
    - 1.8.8 Nossa definição, 52
- 2 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, 53**
  - 2.1 O vocábulo *administração*, 53
  - 2.2 A expressão *Administração Pública*, 54
  - 2.3 Administração pública e governo, 55
    - 2.3.1 Aspecto objetivo, 55
    - 2.3.2 Aspecto subjetivo, 56
  - 2.4 Administração pública em sentido estrito, 58
  - 2.5 Administração pública em sentido objetivo, 59
  - 2.6 Administração pública em sentido subjetivo, 61

**3 REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO, 63**

- 3.1 Regimes público e privado na administração pública, 63
- 3.2 Regime jurídico-administrativo, 64
- 3.3 Princípios da administração pública, 66
  - 3.3.1 Legalidade, 67
  - 3.3.2 Supremacia do interesse público, 68
  - 3.3.3 Impessoalidade, 71
  - 3.3.4 Presunção de legitimidade ou de veracidade, 72
  - 3.3.5 Especialidade, 72
  - 3.3.6 Controle ou tutela, 73
  - 3.3.7 Autotutela, 73
  - 3.3.8 Hierarquia, 74
  - 3.3.9 Continuidade do serviço público, 74
  - 3.3.10 Publicidade, 75
  - 3.3.11 Moralidade administrativa, 77
  - 3.3.12 Razoabilidade e proporcionalidade, 80
  - 3.3.13 Motivação, 82
  - 3.3.14 Eficiência, 83
  - 3.3.15 Segurança jurídica, 84
- 3.4 Poderes da administração, 86
  - 3.4.1 Normativo, 86
  - 3.4.2 Disciplinar, 91
  - 3.4.3 Decorrentes da hierarquia, 92

**4 SERVIÇOS PÚBLICOS, 95**

- 4.1 Conceito, 95
  - 4.1.1 Serviço público em sentido amplo, 95
  - 4.1.2 Serviço público em sentido restrito, 96
  - 4.1.3 Evolução, 97
  - 4.1.4 Conclusões quanto ao conceito, 98
- 4.2 Elementos da definição, 99
  - 4.2.1 Elemento subjetivo, 99
  - 4.2.2 Elemento formal, 100
  - 4.2.3 Elemento material, 100
- 4.3 Princípios, 101
- 4.4 Classificação, 103

**5 PODER DE POLÍCIA, 108**

- 5.1 Introdução, 108
- 5.2 Evolução, 109
- 5.3 Conceito, 111
- 5.4 Polícia administrativa e judiciária, 112
- 5.5 Meios de atuação, 113
- 5.6 Características, 113
- 5.7 Limites, 116

**6 RESTRIÇÕES DO ESTADO SOBRE A PROPRIEDADE PRIVADA, 118**

- 6.1 Evolução, 118
- 6.2 Modalidades, 119
- 6.3 Fundamento, 120
- 6.4 Função social da propriedade, 122
- 6.5 Limitações administrativas, 125
- 6.6 Ocupação temporária, 128
- 6.7 Requisição administrativa, 130

- 6.8 Tombamento, 131
  - 6.8.1 Proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, 131
  - 6.8.2 Conceito e características, 133
  - 6.8.3 Objeto, 134
  - 6.8.4 Modalidades, 135
  - 6.8.5 Procedimento, 135
  - 6.8.6 Efeitos, 138
  - 6.8.7 Natureza jurídica, 141
- 6.9 Servidão administrativa, 142
  - 6.9.1 Servidão na teoria geral do direito, 142
  - 6.9.2 Servidão de direito privado e de direito público, 143
  - 6.9.3 Servidão administrativa e limitação administrativa, 144
  - 6.9.4 Conceito, 145
  - 6.9.5 Forma de constituição, 145
  - 6.9.6 Extinção, 146
  - 6.9.7 Direito à indenização, 147
  - 6.9.8 Modalidades, 148
    - 6.9.8.1 Servidão sobre terrenos marginais, 148
    - 6.9.8.2 Servidão a favor das fontes de água mineral, termal ou gasosa e dos recursos hídricos, 149
    - 6.9.8.3 Servidão sobre prédios vizinhos de obras ou imóvel pertencente ao patrimônio histórico e artístico nacional, 149
    - 6.9.8.4 Servidão em torno de aeródromos e heliportos, 149
    - 6.9.8.5 Servidão militar, 150
    - 6.9.8.6 Servidão de aqueduto, 150
    - 6.9.8.7 Servidão de energia elétrica, 151
- 6.10 Desapropriação, 152
  - 6.10.1 Evolução no direito brasileiro, 152
  - 6.10.2 Conceito, 153
  - 6.10.3 Modalidades de desapropriação sancionatória, 154
  - 6.10.4 Procedimento, 157
  - 6.10.5 Sujeitos ativo e passivo, 161
  - 6.10.6 Pressupostos, 163
  - 6.10.7 Objeto, 164
  - 6.10.8 Indenização, 166
  - 6.10.9 Natureza jurídica, 170
  - 6.10.10 Imissão provisória na posse, 172
  - 6.10.11 Destino dos bens desapropriados, 174
  - 6.10.12 Desapropriação indireta, 177
  - 6.10.13 Retrocessão, 179

## 7 ATOS ADMINISTRATIVOS, 182

- 7.1 Fatos da administração, 182
- 7.2 Atos da administração, 182
- 7.3 Origem da expressão, 183
- 7.4 Conceito, 184
- 7.5 Ato administrativo e produção de efeitos jurídicos, 188
- 7.6 Atributos, 189
  - 7.6.1 Presunção de legitimidade e veracidade, 189
  - 7.6.2 Imperatividade, 191
  - 7.6.3 Auto-executoriedade, 192
  - 7.6.4 Tipicidade, 193
- 7.7 Elementos, 193
  - 7.7.1 Sujeito, 195

- 7.7.2 Objeto, 198
- 7.7.3 Forma, 199
- 7.7.4 Finalidade, 201
- 7.7.5 Motivo, 202
- 7.8 Discricionariedade e vinculação, 203
  - 7.8.1 Conceito, 203
  - 7.8.2 Justificação, 204
  - 7.8.3 Âmbito de aplicação da discricionariedade, 205
  - 7.8.4 Legalidade e mérito do ato administrativo, 208
  - 7.8.5 Limites da discricionariedade e controle pelo Poder Judiciário, 209
- 7.9 Classificação, 211
- 7.10 Atos administrativos em espécie, 217
  - 7.10.1 Quanto ao conteúdo, 217
    - 7.10.1.1 Autorização, 217
    - 7.10.1.2 Licença, 219
    - 7.10.1.3 Admissão, 219
    - 7.10.1.4 Permissão, 220
    - 7.10.1.5 Aprovação, 220
    - 7.10.1.6 Homologação, 221
    - 7.10.1.7 Parecer, 221
    - 7.10.1.8 Visto, 221
  - 7.10.2 Quanto à forma, 222
    - 7.10.2.1 Decreto, 222
    - 7.10.2.2 Resolução e portaria, 222
    - 7.10.2.3 Circular, 223
    - 7.10.2.4 Despacho, 223
    - 7.10.2.5 Alvará, 224
- 7.11 Extinção, 224
  - 7.11.1 Modalidades, 224
  - 7.11.2 Anulação ou invalidação, 225
    - 7.11.2.1 Conceito, efeitos e natureza, 225
    - 7.11.2.2 Vícios: peculiaridades no direito administrativo, 226
    - 7.11.2.3 Vícios relativos ao sujeito, 227
    - 7.11.2.4 Vícios relativos ao objeto, 230
    - 7.11.2.5 Vícios relativos à forma, 230
    - 7.11.2.6 Vícios quanto ao motivo, 231
    - 7.11.2.7 Vícios relativos à finalidade, 231
    - 7.11.2.8 Conseqüências decorrentes dos vícios, 232
    - 7.11.2.9 Atos administrativos nulos e anuláveis, 234
    - 7.11.2.10 Convalidação, 234
    - 7.11.2.11 Confirmação, 237
  - 7.11.3 Revogação, 237
- 8 CONTRATO ADMINISTRATIVO, 239**
  - 8.1 Contratos da administração, 239
  - 8.2 Divergências doutrinárias, 239
  - 8.3 O contrato administrativo como espécie do gênero contrato, 241
  - 8.4 Traços distintivos entre o contrato administrativo e o contrato de direito privado, 244
  - 8.5 Direito positivo, 247
    - 8.5.1 Normas constitucionais, 247
    - 8.5.2 Legislação ordinária, 247
  - 8.6 Características dos contratos administrativos, 248
    - 8.6.1 Presença da Administração Pública como Poder Público, 249

- 8.6.2 Finalidade pública, 249
- 8.6.3 Obediência à forma prescrita em lei, 249
- 8.6.4 Procedimento legal, 253
- 8.6.5 Contrato de adesão, 254
- 8.6.6 Natureza *intuitu personae*, 255
- 8.6.7 Presença das cláusulas exorbitantes, 255
  - 8.6.7.1 Exigência de garantia, 255
  - 8.6.7.2 Alteração unilateral, 256
  - 8.6.7.3 Rescisão unilateral, 257
  - 8.6.7.4 Fiscalização, 258
  - 8.6.7.5 Aplicação de penalidades, 258
  - 8.6.7.6 Anulação, 260
  - 8.6.7.7 Retomada do objeto, 260
  - 8.6.7.8 Restrições ao uso da *exceptio non adimpleti contractus*, 261
- 8.6.8 Mutabilidade, 261
  - 8.6.8.1 Álea administrativa: alteração unilateral do contrato, 264
  - 8.6.8.2 Álea administrativa: fato do príncipe, 264
  - 8.6.8.3 Álea administrativa: fato da administração, 265
  - 8.6.8.4 Álea econômica: teoria da imprevisão, 267
- 8.7 Rescisão do contrato administrativo, 270
- 8.8 Modalidades de contratos administrativos, 271
  - 8.8.1 Concessão, 272
    - 8.8.1.1 Conceito, 272
    - 8.8.1.2 Natureza jurídica, 274
    - 8.8.1.3 Concessão de serviço público, 275
      - 8.8.1.3.1 Evolução, 275
      - 8.8.1.3.2 Conceito e características, 277
      - 8.8.1.3.3 Concessão e permissão de serviço público, 280
    - 8.8.1.4 Concessão de obra pública, 282
    - 8.8.1.5 Concessão de uso, 283
  - 8.8.2 Contratos de obra pública e de prestação de serviços, 284
    - 8.8.2.1 Empreitada, 286
    - 8.8.2.2 Administração contratada, 287
    - 8.8.2.3 Tarefa, 288
  - 8.8.3 Contrato de fornecimento, 288
- 8.9 Contrato de gestão, 289
- 8.10 Convênio, 291
- 8.11 Consórcio administrativo, 295

## 9 LICITAÇÃO, 298

- 9.1 Conceito, 298
- 9.2 Direito positivo, 299
- 9.3 Princípios, 301
  - 9.3.1 Princípio da igualdade, 302
  - 9.3.2 Princípio da legalidade, 304
  - 9.3.3 Princípio da impessoalidade, 305
  - 9.3.4 Princípio da moralidade e da probidade, 305
  - 9.3.5 Princípio da publicidade, 305
  - 9.3.6 Princípio da vinculação ao instrumento convocatório, 306
  - 9.3.7 Princípio do julgamento objetivo, 307
  - 9.3.8 Princípio da adjudicação compulsória, 308
  - 9.3.9 Princípio da ampla defesa, 308
- 9.4 Obrigatoriedade de licitação, 309
- 9.5 Dispensa e inexigibilidade, 309

- 9.6 Modalidades, 321
    - 9.6.1 Concorrência, 324
    - 9.6.2 Tomada de preços, 324
    - 9.6.3 Convite, 326
    - 9.6.4 Concurso, 328
    - 9.6.5 Leilão, 328
    - 9.6.6 Pregão, 328
  - 9.7 Procedimento, 330
    - 9.7.1 Procedimento da concorrência, 332
      - 9.7.1.1 Edital, 332
      - 9.7.1.2 Habilitação, 333
      - 9.7.1.3 Classificação, 337
      - 9.7.1.4 Homologação, 341
      - 9.7.1.5 Adjudicação, 341
    - 9.7.2 Procedimento da tomada de preços, 342
    - 9.7.3 Procedimento do convite, 343
    - 9.7.4 Procedimento do concurso, 343
    - 9.7.5 Procedimento do leilão, 343
    - 9.7.6 Procedimento do pregão, 344
  - 9.8 Anulação e revogação, 346
  - 9.9 Recursos administrativos, 347
- 10 ADMINISTRAÇÃO INDIRETA, 349**
- 10.1 Descentralização, 349
    - 10.1.1 Descentralização e desconcentração, 349
    - 10.1.2 Descentralização política e administrativa, 349
    - 10.1.3 Modalidades de descentralização administrativa, 350
      - 10.1.3.1 Descentralização territorial, 350
      - 10.1.3.2 Descentralização por serviços, 351
      - 10.1.3.3 Descentralização por colaboração, 353
    - 10.1.4 Evolução, 354
    - 10.1.5 A descentralização administrativa no direito positivo brasileiro, 356
      - 10.1.5.1 A confusão do legislador, 356
      - 10.1.5.2 A expressão *administração indireta* na Constituição, 360
  - 10.2 Entidades da administração indireta, 361
    - 10.2.1 Modalidades e natureza jurídica, 361
    - 10.2.2 Regime jurídico, 361
  - 10.3 Autarquias, 365
    - 10.3.1 O vocábulo *autarquia*, 365
    - 10.3.2 Evolução no direito brasileiro, 366
    - 10.3.3 Conceito e características, 367
    - 10.3.4 Posição perante a administração pública e terceiros, 369
    - 10.3.5 Classificação, 369
  - 10.4 Fundação, 371
    - 10.4.1 Natureza jurídica e conceito, 371
    - 10.4.2 Fundação de direito privado, 373
    - 10.4.3 Direito positivo brasileiro, 376
    - 10.4.4 Fundação de direito público, 380
  - 10.5 Empresas estatais, 381
    - 10.5.1 Alcance da expressão, 381
    - 10.5.2 Distinção quanto ao tipo de atividade, 381
    - 10.5.3 Sociedade de economia mista e empresa pública, 383
      - 10.5.3.1 Traços comuns, 383
      - 10.5.3.2 Traços distintivos, 387

- 10.6 Normas comuns às entidades da administração indireta, 390
- 10.7 Privilégios próprios das autarquias e fundações públicas, 396
- 10.8 Natureza jurídica dos bens das entidades da administração indireta, 397
- 10.9 Agências, 398
  - 10.9.1 Considerações gerais, 398
  - 10.9.2 Agência executiva, 400
  - 10.9.3 Agência reguladora, 402
- 10.10 Controle administrativo ou tutela das entidades da administração indireta, 408
  
- 11 ENTIDADES PARAESTATAIS E TERCEIRO SETOR, 412**
  - 11.1 As expressões *entidade paraestatal* e *terceiro setor*, 412
  - 11.2 Serviços sociais autônomos, 415
  - 11.3 Entidades de apoio, 416
  - 11.4 Organizações sociais, 418
  - 11.5 Organização da sociedade civil de interesse público, 422
  
- 12 ÓRGÃOS PÚBLICOS, 425**
  - 12.1 Teorias sobre as relações do estado com os agentes públicos, 425
  - 12.2 Conceito, 426
  - 12.3 Natureza, 427
  - 12.4 Classificação, 428
  
- 13 SERVIDORES PÚBLICOS, 430**
  - 13.1 Terminologia, 430
  - 13.2 Agentes públicos, 431
    - 13.2.1 Agentes políticos, 432
    - 13.2.2 Servidores públicos, 433
    - 13.2.3 Militares, 436
    - 13.2.4 Particulares em colaboração com o Poder Público, 437
  - 13.3 Cargo, emprego e função, 437
  - 13.4 Normas constitucionais, 440
    - 13.4.1 Regime jurídico do servidor, 440
    - 13.4.2 Direito de acesso aos cargos, empregos e funções públicas, 441
    - 13.4.3 Condições de ingresso, 442
    - 13.4.4 Sistema remuneratório dos servidores públicos, 445
      - 13.4.4.1 Normas constitucionais pertinentes à remuneração ou vencimento, 446
      - 13.4.4.2 Regime de subsídios, 449
        - 13.4.4.2.1 Agentes públicos em regime de subsídio, 451
        - 13.4.4.2.2 Competência para fixação e alteração dos subsídios, 452
        - 13.4.4.2.3 Subsídios para os servidores organizados em carreira, 453
        - 13.4.4.2.4 Aplicação dos subsídios aos aposentados e pensionistas, 454
      - 13.4.4.3 Normas comuns à remuneração e aos subsídios, 454
        - 13.4.4.3.1 Fixação e alteração da remuneração e do subsídio, 454
        - 13.4.4.3.2 Teto das remunerações e subsídios, 455
        - 13.4.4.3.3 Irredutibilidade de remuneração e subsídio, 458
    - 13.4.5 Direito de greve e de livre associação sindical, 459
    - 13.4.6 Proibição de acumulação de cargos, 461
    - 13.4.7 Aposentadoria, 465
      - 13.4.7.1 Regime previdenciário, 465

- 13.4.7.2 Modalidades de aposentadoria, 469
- 13.4.7.3 Disposições transitórias, 473
- 13.4.7.4 Previdência complementar, 476
- 13.4.7.5 Contagem de tempo para aposentadoria, 477
- 13.4.8 Estabilidade, 479
- 13.4.9 Afastamento para exercício de mandato eletivo, 482
- 13.4.10 Direitos sociais, 482
- 13.4.11 Limites de despesa com pessoal, 483
- 13.5 Provimento, 487
- 13.6 Vacância, 491
- 13.7 Direitos e deveres, 492
- 13.8 Responsabilidade, 494
  - 13.8.1 Responsabilidade civil, 494
  - 13.8.2 Responsabilidade administrativa, 496
  - 13.8.3 Responsabilidade penal, 497
  - 13.8.4 Comunicabilidade de instâncias, 498
- 14 PROCESSO ADMINISTRATIVO, 504**
  - 14.1 Processos estatais, 504
  - 14.2 Processo administrativo, 505
  - 14.3 Processo e procedimento, 506
  - 14.4 Modalidades, 507
  - 14.5 Princípios, 510
    - 14.5.1 Princípio da publicidade, 510
    - 14.5.2 Princípio da oficialidade, 511
    - 14.5.3 Princípio da obediência à forma e aos procedimentos, 512
    - 14.5.4 Princípio da gratuidade, 513
    - 14.5.5 Princípio da ampla defesa e do contraditório, 513
    - 14.5.6 Princípio da atipicidade, 515
    - 14.5.7 Princípio da pluralidade de instâncias, 515
    - 14.5.8 Princípio da economia processual, 516
    - 14.5.9 Princípio da participação popular, 517
  - 14.6 Processo administrativo disciplinar, 519
  - 14.7 Processo sumário, 521
    - 14.7.1 Sindicância, 521
    - 14.7.2 Verdade sabida, 522
- 15 RESPONSABILIDADE EXTRA CONTRATUAL DO ESTADO, 523**
  - 15.1 Delimitação do tema, 523
  - 15.2 Evolução, 524
    - 15.2.1 Teoria da irresponsabilidade, 525
    - 15.2.2 Teorias civilistas, 525
    - 15.2.3 Teorias publicistas, 526
  - 15.3 Direito positivo brasileiro, 528
  - 15.4 Causas excludentes e atenuantes da responsabilidade, 530
  - 15.5 Responsabilidade do Estado por atos legislativos, 531
  - 15.6 Responsabilidade do Estado por atos jurisdicionais, 533
  - 15.7 Reparação do dano, 535
- 16 BENS PÚBLICOS, 539**
  - 16.1 Evolução, 539
  - 16.2 Classificação, 540
  - 16.3 Bens do domínio público do Estado, 542
    - 16.3.1 Conceito, 542



- 16.3.2 Natureza jurídica, 543
- 16.3.3 Modalidades, 544
- 16.3.4 Regime jurídico, 546
- 16.4 Bens do domínio privado do Estado ou bens dominicais, 547
  - 16.4.1 Conceito, 547
  - 16.4.2 Características, 548
  - 16.4.3 Regime jurídico, 548
- 16.5 Alienação, 553
  - 16.5.1 Alienação dos bens de uso comum e de uso especial, 553
  - 16.5.2 Alienação dos bens dominicais, 554
- 16.6 Uso de bem público por particular, 558
  - 16.6.1 Uso normal e uso anormal, 558
  - 16.6.2 Uso comum, 559
  - 16.6.3 Uso privativo, 561
    - 16.6.3.1 Conceito e características, 561
    - 16.6.3.2 Instrumentos estatais de outorga de uso privativo, 563
    - 16.6.3.3 Autorização, permissão e concessão, 563
    - 16.6.3.4 Institutos de direito privado, 569
    - 16.6.3.5 Tutela do uso privativo, 574
- 16.7 Formação do patrimônio público, 576
- 16.8 Bens públicos em espécie, 579
  - 16.8.1 Direito positivo, 579
  - 16.8.2 Terrenos reservados, 579
  - 16.8.3 Terrenos de marinha e seus acrescidos, 582
  - 16.8.4 Terras tradicionalmente ocupadas pelos índios, 583
  - 16.8.5 Terras devolutas, 585
    - 16.8.5.1 Evolução da propriedade rural no Brasil, 585
    - 16.8.5.2 Conceito e natureza jurídica, 587
    - 16.8.5.3 Titularidade, 589
    - 16.8.5.4 Processo de discriminação, 590
  - 16.8.6 Faixa de fronteira, 591
  - 16.8.7 Ilhas, 592
  - 16.8.8 Águas públicas, 592
  - 16.8.9 Minas e jazidas, 594
    - 16.8.9.1 Conceito, 594
    - 16.8.9.2 Sistemas de exploração e aproveitamento das jazidas, 594
    - 16.8.9.3 Evolução no direito brasileiro, 595
    - 16.8.9.4 Sistema atual, 596
    - 16.8.9.5 Regime de exploração, 596

## **17 CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, 598**

- 17.1 Conceito e abrangência, 598
- 17.2 Espécies, 599
- 17.3 Controle administrativo, 600
  - 17.3.1 Conceito e alcance, 600
  - 17.3.2 Recursos administrativos, 601
    - 17.3.2.1 Conceito, efeitos e fundamento, 601
    - 17.3.2.2 Modalidades, 603
    - 17.3.2.3 Coisa julgada administrativa, 608
    - 17.3.2.4 Prescrição administrativa, 609
- 17.4 Controle legislativo, 611
  - 17.4.1 Alcance, 611
  - 17.4.2 Controle político, 611
  - 17.4.3 Controle financeiro, 613

- 17.5 Controle judicial, 616
  - 17.5.1 Sistema de unidade de jurisdição, 616
  - 17.5.2 Limites, 616
  - 17.5.3 Privilégios da administração pública, 617
  - 17.5.4 Meios de controle, 625
    - 17.5.4.1 *Habeas corpus*, 626
    - 17.5.4.2 *Habeas data*, 627
    - 17.5.4.3 Mandado de injunção, 631
      - 17.5.4.3.1 Controvérsias quanto à origem, 631
      - 17.5.4.3.2 Controvérsias quanto ao objeto, 632
      - 17.5.4.3.3 Nossa opinião, 634
      - 17.5.4.3.4 Pressupostos, 635
      - 17.5.4.3.5 Competência, 635
    - 17.5.4.4 Mandado de segurança individual, 636
      - 17.5.4.4.1 Origem, 636
      - 17.5.4.4.2 Conceito e pressupostos, 636
      - 17.5.4.4.3 Restrições, 641
      - 17.5.4.4.4 Anotações quanto ao processo, 645
      - 17.5.4.4.5 Prazo, 650
    - 17.5.4.5 Mandado de segurança coletivo, 650
    - 17.5.4.6 Ação popular, 654
      - 17.5.4.6.1 Evolução, 654
      - 17.5.4.6.2 Conceito e pressupostos, 655
      - 17.5.4.6.3 Sujeito ativo e passivo, 658
      - 17.5.4.6.4 Posição do Ministério Público, 659
      - 17.5.4.6.5 Objeto, 661
      - 17.5.4.6.6 Anotações quanto ao processo, 662
    - 17.5.4.7 Ação civil pública, 663
      - 17.5.4.7.1 Origem e evolução, 663
      - 17.5.4.7.2 Comparação com ação popular e mandado de segurança coletivo, 665
      - 17.5.4.7.3 Pressupostos e conceito, 665
      - 17.5.4.7.4 Sujeito ativo e passivo, 667
      - 17.5.4.7.5 Funções do Ministério Público, 667
      - 17.5.4.7.6 Objeto, 668
      - 17.5.4.7.7 Anotações quanto ao processo, 669

## 18 IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA, 670

- 18.1 Legalidade, moralidade e probidade, 670
- 18.2 Evolução no direito positivo, 673
- 18.3 Lei de improbidade administrativa, 677
  - 18.3.1 Competência para legislar sobre improbidade administrativa em função da natureza do ilícito e da sanção cabível, 677
  - 18.3.2 Concomitância de instâncias penal, civil e administrativa, 679
  - 18.3.3 Elementos constitutivos do ato de improbidade administrativa, 680
    - 18.3.3.1 Sujeito passivo, 680
    - 18.3.3.2 Sujeito ativo, 682
    - 18.3.3.3 Ocorrência de ato danoso, 685
    - 18.3.3.4 Elemento subjetivo: dolo ou culpa, 688
  - 18.3.4 Sanções, 689
  - 18.3.5 Procedimento administrativo, 692
  - 18.3.6 Ação judicial de improbidade administrativa, 693

*Bibliografia*, 697

*Índice Remissivo*, 705